

A construção da Hegemonia: a Ditadura Militar e a repressão aos brizolistas em 1964¹

Diego Martins Dória Paulo²

Resumo: Golpe de 1964 faz 50 anos. Ocasão, portanto, de debater o estado atual dessa questão na memória e História do Brasil. Nesse sentido, é objetivo desse trabalho problematizar a instalação da ditadura militar nos idos de abril daquele ano. Com efeito, uma de suas linhas interpretativas aposta na “batalha de telefonemas” como síntese explicativa das contradições de então. Buscando refutar a abordagem pela implícita negação à violência catalisada pelos golpistas, o trabalho proposto se debruça sobre uma das faces da truculência institucional do regime que se iniciava: a perseguição aos brizolistas. Por conseguinte, ver-se-á que, fazendo uso do aparelho coercitivo, o novo governo objetivou silenciar vozes dissonantes, tais quais as vistas como ameaçadoras pelo seu prestígio junto a determinados setores sociais. Nessa perspectiva, seguidores de Leonel Brizola, notadamente adeptos dos “Grupos de Onze”, surgem como alvos preferenciais nas buscas desfechadas pelos órgãos de manutenção da ordem. O projeto alternativo de sociedade que tais homens defendiam era seu crime. Assim, tomando como arcabouço teórico noções gramscianas, como a de Estado ampliado, propõe-se uma análise sobre a repressão a petebistas no pós-golpe, notadamente os líderes da ala mais à esquerda daquele partido. Procurar-se-á, pois, perceber em que medida o combate a trabalhistas compõe uma agenda de luta pela hegemonia por parte do Estado que ainda buscava afirmação.

Palavras-chave: Brizola, Ditadura Militar, Trabalhismo.

As linhas que seguem são frutos das primeiras reflexões acerca da temática de minha dissertação de mestrado. Precisamente pelo caráter inicial da pesquisa, importa mais aqui apontar caminhos e questões do que necessariamente respondê-las. A intenção, assim, é nortear o objeto de estudo dentro de uma perspectiva teórica específica, tendo como horizonte o pensar sobre a repressão.

Afinal de contas, falar sobre o regime militar brasileiro é falar também de perseguição e cerceamento de liberdades. O golpe de 1964, que desencadearia posterior ditadura civil-militar,³ foi violento. Tal asserção não é o truísmo que aparenta. Ora, há não muito tempo a tese do golpe arquitetado pelo telefone, similar a uma quartelada tratada entre as elites dirigentes, sem participação de demais setores sociais, era arraigada no senso comum sobre o

¹ O presente trabalho é parte de pesquisa de mestrado em andamento e financiada pela Capes.

² Mestrando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e bolsista Capes.
E-mail para contato: dmdpaulo@gmail.com.

³ Ressalta-se aqui a insatisfação com a designação. Ora, ambos elementos textuais escolhidos para caracterizar a ditadura são, em última análise, descrições que pouco qualificam. Há que ser mais preciso na caracterização do regime de exceção que ocupa importante etapa da história contemporânea do Brasil.

advento do regime.⁴ O postulado facilmente se degenerava noutra proposição: posto o tipo de golpe que foi perpetrado no Brasil, o período militar se iniciou imaculado, sem desencadear violência no país. Esse tipo de mistificação do movimento golpista, na visão de Carlos Fico (2014), tem a ver com uma linha mestra de interpretação da história nacional. Segundo ela, uma chave de compreensão do processo histórico brasileiro é do ponto de vista do “homem cordial” que não se exaspera, gerando transições políticas necessariamente suaves, sem abalos e derramamento de sangue. Por conseguinte, nossa história seria “incruenta”.

Posto isso, é importante ressaltar a violência do regime militar. Não somente do período em que a “linha dura” assume o poder, mas desde sua implantação. A repressão, contudo, não atingiu somente os civis que resistiram⁵ ao golpe em um primeiro momento, mas também adversários potenciais e declarados do futuro governo. O campo do nacional-reformismo foi alvo de ataques fulminantes por parte de golpistas. Setores trabalhistas nos sindicatos,⁶ ligas camponesas, além dos mais óbvios adversários dos golpistas, isto é, aqueles

⁴ Carlos Fico (2014) lembra a tese da “batalha de telefonemas”, algo asséptica e que por muito tempo conduziu interpretações sobre o golpe que o consideravam algo palaciano, de pouco impacto e envolvimento social. Uma das matrizes dessa interpretação seria a obra do jornalista Élio Gaspari (2014), principalmente por conta da primeira parte do primeiro volume de sua coleção sobre a Ditadura Civil-Militar. Àquela altura do texto, o autor narra algumas intrigas internas nos setores políticos e militares, resolvidas durante o 31 de março e o primeiro de abril de 1964, culminando no golpe. A conclusão do jornalista, assim, é que o “exército dormiu janguista e acordou revolucionário” (GASPARI, 2014, p. 34-47), ignorando cesuras anteriores no seio da instituição militar e entre militares e o governo de João Goulart. Essas cisões estão amplamente documentadas e detalhadamente analisadas na pesquisa de Alfred Stepan (1971, p. 171-183).

⁵ O conceito de resistência é problemático e não deve nunca ser naturalizado. Tendo por muito tempo sido tomado como termo meramente descritivo, o sintagma foi objeto de reflexões, em um primeiro momento, nos anos 60, na obra de Henri Michel sobre a resistência francesa ao nazismo. Porém, reflexão mais sistemática somente veria à tona nas décadas de 1980 e 1990, como nos mostra Denise Rollemberg (2010). É nesse período que escreve Jacques Semelin (1989), aqui tomado como autor que melhor dá operacionalidade ao conceito de resistência. Para ele (1989, p. 53-55), o termo é igualmente aplicável a dois tipos distintos de experiências, a saber, de luta pela manutenção da ordem suprimida por um inimigo autoritário e de batalhas contra um opressor a favor da transformação do regime social, mesmo em relação ao status quo anteriormente verificado. Assim sendo, para o autor analisado, seriam resistências tanto a experiência francesa de luta pela restauração de um governo francês no território ocupado pelo nazismo quanto o conjunto de embates armados contra o regime militar brasileiro levado a cabo por organizações de esquerda, que objetivavam a subversão da ordem então verificada e a ulterior transformação do Brasil em um país socialista. Nesse sentido, o assassinato de Jonas Barros, Ivan Aguiar, Ari Cunha Labib Abduch, mortos durante os momentos de deflagração do golpe, são resultado da violência desfechada contra as poucas organizações civis que buscaram objetar-se à suspensão democrática.

⁶ A memória até muito recentemente construída sobre o sindicalismo dos anos 1950 e 1960 colocava esses trabalhadores como tutelados pela estrutura estatal que geria os sindicatos. Em tempos de “populismo”, a classe operária seria passiva em relação às ações governamentais daqueles líderes populares que orientavam suas vontades com objetivo de extrair desse grupo social o capital político necessário para se manter no poder em um regime democrático. Tal noção de populismo, e sua estreita relação com o controle de operários, impediu avanços nas pesquisas sobre a repressão aos trabalhadores no imediato pós-64, sobretudo aqueles ligados ao PTB. Ora, dada sua postura supostamente passiva, tal qual argumenta a estrutura apresentada, não havia necessidade de se preocupar com repressões a esse setor do movimento operário – agora libertado do “pacto populista”. Tal interpretação, contudo, foi revista mais recentemente por pensadores, dentre vários, como Angela de Castro Gomes, Marcelo Badaró e Marco Aurélio Santana. O último, aliás, cientista social dedicado aos

que tinham sido depostos, foram rapidamente rechaçados da vida pública e de suas funções sociais. Em muitos casos, conduzidos para as prisões.⁷

Dentre os perseguidos políticos, futuros exilados, torturados, cassados e presos, um contingente me interessa mais. São os brizolistas, grupo no qual incluo, além do próprio Leonel Brizola, aqueles mais identificados com o tipo específico de nacional-reformismo defendido pelo deputado federal da Guanabara, seja no PTB, seja em outros espaços de atuação política. Seus membros são identificáveis na Frente de Mobilização Popular, em alas mais à esquerda dos trabalhistas, naqueles de alguma forma relacionados às locuções de Brizola à frente dos microfones da rádio Mayrink Veiga, e, principalmente, nos Grupos de Onze.⁸ Dada a extensão do brizolismo, precisamente pela variedade topográfica de sua localização social, pode-se assumir a heterogeneidade daquele grupo. Todavia, une os partícipes nesse tipo idealizado a maior adesão relativa aos discursos, práticas e propostas de

estudos do movimento operário, cunha uma explicação diferenciada para o estigma que pesou sobre o movimento trabalhista das décadas de 50 e 60. Segundo Santana (2001), a ideia de um “Novo Sindicalismo”, surgido no ABC dos anos 70, conseqüentemente criou a noção de um “velho sindicalismo”. Enquanto aquele era novo, livre e reivindicador; este fora marcado pelo anátema da cooperação classista, do conformismo social e da desmobilização das lutas operárias. Assim, tanto o populismo quanto uma ideia de sindicalismo renovado, surgida a partir da criação da CUT e das greves de metalúrgicos do interior de São Paulo, teriam contribuído para cristalizar dada mistificação do movimento sindical do contexto de instauração do regime autoritário militar no Brasil.

⁷ Um caso que talvez interesse salientar é a perseguição ao próprio Leonel Brizola, que, embora de fundamental importância para o regime militar, não chega a lograr êxito. Consumado o golpe, o mandato de prisão do político é expedido e pouco depois o então ex-deputado federal da Guanabara resolve cair na clandestinidade. Refugia-se em casa de conhecidos e parentes no Rio Grande do Sul, até que, com o cerco cada vez mais apertado, decide partir para o exílio no Uruguai. É posteriormente julgado à revelia pelo judiciário brasileiro. Por falta de provas, seu inquérito é arquivado em 1969, como revelam documentos presentes no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, no acervo documental do Departamento de Ordem Política e Social carioca (DOPS/RJ).

⁸ Este grupo, aqui unido por sua aproximação com as ideias então professadas por Leonel Brizola, era sem dúvidas heterogêneo. Contudo, na atual fase da pesquisa já se pode delinear algumas linhas gerais que revelam o impacto da repressão sobre os “brizolistas”, à época vistos como “o que havia mais à esquerda” em termos de grandes partidos (FERREIRA, 2004). Assim sendo, dos 41 deputados cassados pelos primeiros movimentos do regime militar, notadamente o Ato Institucional nº1, 19 eram petebistas, parte significativa destes da ala mais radical do partido e, por isso, em certa medida identificados com Leonel Brizola. Alguns desses nomes possuíam, aliás, relações explícitas com o deputado federal da Guanabara. É o caso de Sérgio Magalhães (PTB/GB) e Lamartine Távora (PTB/PE), colaboradores do periódico brizolista *O Panfleto*. Fora os petebistas cassados, pelo menos outros seis nomes tinham relações com o brizolismo. São os casos, por exemplo, de Neiva Moreira (PSP/MA), Demistocles Batista (PST/RJ), Max da Costa Santos (PSB-GB) e Pereira Nunes (PSP-RJ), que colaboraram ativamente com as intervenções de Leonel Brizola na mídia ou já compunham grupos de apoio do parlamentar, posteriormente identificados como “brizolistas históricos”. Nesse sentido, mesmo à essa altura da pesquisa se pode aferir que aproximadamente metade daqueles deputados proscritos pelos golpistas de 64 tinham relações, mais ou menos firmes, com Leonel Brizola, representando potencial fonte de apoio aos seus projetos políticos. Já outros setores arrolados no corpo do texto foram mais intensivamente perseguidos, porém pelos chamados aparelhos de segurança, como o Departamento de Ordem Política e Social. É o caso dos Grupos de Onze. Vasta documentação sobre a organização está disponível nos acervos dos Dops de diferentes estados, como Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, o qual consultei pessoalmente. O último arquivo está situado nos porões do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj) e possui vasto volume de fichas referentes a Inquéritos Policiais Militares (IPM's) instaurados para investigar os partícipes da organização criada pela motivação política de Leonel Brizola.

Leonel Brizola, identificáveis principalmente nos veículos de comunicação em que o político atuava.⁹

O maior interesse nesse grupo social específico se relaciona com os objetivos da minha pesquisa em andamento. Estudar o brizolismo daqueles anos é, do modo como eu o entendo, analisar a tentativa de estabelecimento de hegemonia social, que envolvia o projeto de um determinado consenso acerca da reelaboração de um pacto social nos moldes de um nacionalismo-reformista radical.¹⁰ A plataforma política dessa corrente era o conjunto de transformações estruturais que, no governo de João Goulart, recebeu a alcunha de “reformas de base”. Assim, estudar as ramificações do brizolismo, apontadas acima, entende-se como fundamental, a fim de melhor pensar, com o auxílio do referencial teórico aqui adotado, a prática da repressão levado a cabo pelo regime autoritário então recentemente instaurado.

Em que pese a função política que cumprem as locuções brizolistas na rádio Mayrink Veiga, os discursos do deputado no parlamento e os comícios do qual participou, dada a restrição de espaço ora disponível para apresentar os resultados da pesquisa obtidos até aqui, decidir me deter em uma das medidas estratégicas criada pelo planejamento político de Leonel Brizola. São os Grupos de Onze. Estes seriam grupos populares organizados a pedido do então deputado federal da Guanabara em novembro do ano anterior ao golpe civil-militar, com objetivo de “defender a democracia e lutar contra a espoliação internacional do Brasil”.¹¹ Para melhor compreender a instituição a ser analisada, o melhor é pensá-la na ambiência de sua formação.

Para tanto, é necessário relacionar sua criação ao contexto histórico em que ela se insere. Era 1963, tempo de crise econômica¹² e dificuldades para patrões e operários. No

⁹ É o caso do já referido *O Panfleto* e, principalmente, das locuções radiofônicas na rádio Mayrink Veiga, entre 1962 e 1964.

¹⁰ Os conceitos aqui trabalhados são gramscianos e debatidos mais à frente.

¹¹ A finalidade do grupo está expressa em seu panfleto de criação, assinado por Leonel Brizola, e publicado em seu espaço no semanário *O Panfleto*.

¹² De acordo com a argumentação de Francisco de Oliveira (2001), 1963 marca, durante o período que se estende de 1945 a 1964, o único ano em que os investimentos empresariais chegam perto de não obterem crescimento percentual em relação ao ano anterior. Por conseguinte, ainda de acordo com o referido autor, ter-se-ia o acirramento das contradições entre operários, que já tinham seus salários reais corroídos desde o fim do Estado Novo, com os patrões, que pela primeira vez experimentariam o medo da recessão econômica. Nesse sentido, o capitalismo brasileiro, que se encontrou em processo de acelerado crescimento e concentração de renda desde os anos JK, foi causador da ampliação da turbulência política. Recuperar aqui o pensamento de Francisco de Oliveira não é um recurso de determinismo econômico, e sim uma tentativa de não cair no politicismo ou culturalismo, isto é, a criação de uma esfera de análise epifenomênica, que se retroalimenta de modo etéreo, sem realização dialética com outros aspectos da vida social. Como nos mostra O'Donnell (1983, p. 12-14), é

início daquele ano, João Goulart tinha recuperado suas prerrogativas presidenciais, após plebiscito que deu fim à “solução parlamentarista”.¹³ De posse integral de seus poderes, Jango despertava esperanças nas esquerdas reformistas: com a nova configuração do executivo, o presidente finalmente teria meios para colocar as “reformas de base” na ordem do dia. O impasse causado pela resistência do Congresso às medidas¹⁴, todavia, auxiliava na radicalização política que tomou lugar naquele período.¹⁵ Insistente em uma estratégia de conciliação entre centristas e esquerdistas, a João Goulart também se costuma atribuir parte da responsabilidade pela perda de sustentação presidencial,¹⁶ sobretudo de alas extremas dos trabalhistas que recusavam aliança com os pessedistas, vistos como responsáveis por frear as reformas “na lei”.¹⁷ Por conseguinte, na medida em que se relutava por reabilitar a combalida, mas histórica, aliança PTB-PSD, alas das esquerdas à época vistas como radicais se afastavam do presidente. O período, portanto, foi marcado pelo enfraquecimento político de Jango - cuja popularidade meses antes era amplamente verificável.¹⁸ As turbulências políticas daí advindas

fundamental, a fim de apresentar uma pesquisa o mais completa possível, sempre buscar relações entre estruturas fenomenais e condicionamentos conjunturais.

¹³ Esse arranjo impediu um golpe militar em 61, quando da posse de Jango.

¹⁴ O ponto fulcral de discórdia foi a questão da reforma agrária, que compunha o plano reformista de João Goulart. Enquanto setores do PTB desejavam a redistribuição de terras sem indenização aos antigos donos, outras esferas do partido aceitavam recompensar os latifundiários com títulos da dívida pública emitidos pelo Estado. Já o PSD insistia que a Constituição Federal de 1946 – que determinava a remuneração prévia de ex-proprietários em caso de reorganização fundiária – fosse cumprida. (FERREIRA, 2011)

¹⁵ Essa radicalização, além dos condicionantes estruturais aludidos acima, era ampliada pela atitude do próprio presidente (TOLEDO, 1983), (FERREIRA, 2011), (GASPARI, 2014). João Goulart, respeitando sua carreira política pretérita, não queria romper com as esquerdas, mesmo as alas mais radicais, que à época queriam que o presidente passasse por cima da resistência do Congresso e aprovasse as medidas “na lei ou na marra”, nos dizeres de Francisco Julião, cabeça das Ligas Camponesas. Entretanto, ao líder trabalhista, em respeito à legalidade constitucional, não interessava romper com o centro e o PSD, dono da maior parte das cadeiras do legislativo nacional (DELGADO, 2011). Assim, Jango apostou em uma política de conciliação que foi reprovada como conservadora por setores radicais do PTB e pela Frente de Mobilização Popular, liderados por Leonel Brizola. Com o afastamento das esquerdas, seu tradicional sustentáculo eleitoral, bem como a tradicional oposição da UDN, Goulart corria sérios riscos de se isolar politicamente, perdendo qualquer base de sustentação – o que poria em risco a manutenção do seu mandato (FERREIRA, 2011). Nesse sentido, segundo Jorge Ferreira, no transcorrer daquele ano, os caminhos políticos se estreitaram para o presidente, restando-lhe poucas opções de governo: uma política de centro, dominada pelos pessedistas, na qual provavelmente o plano de reformas não seria realizado, ou seria efetuado apenas parcialmente; uma aliança ainda mais conservadora, com elementos do exército, o que frearia a polarização política às custas da independência do executivo; uma aproximação com a “esquerda positiva”, nos dizeres de San Tiago Dantas, representada na Frente Popular Pelas Reformas de Base, o que salvaria seu mandato e as instituições democráticas, mas negaria seu passado reformista; e, por último, o alinhamento a grupos mais radicais do PTB e das esquerdas, liderados à época por Leonel Brizola (FERREIRA, 2011).

¹⁶ Como se verá mais à frente, há extensa bibliografia que prefere atribuir fundamentos personalistas à crise política que culminou com o golpe de 64.

¹⁷ Como já mencionado, o partido compunha a maior bancada do legislativo, ocupando 30,3% das cadeiras. O PTB, que vinha logo atrás, com 29,8%, não podia aprovar sozinho as emendas constitucionais necessárias para se realizar a reforma agrária almejada pelo partido, isto é, sem indenizações prévias. (DELGADO, 2011)

¹⁸ Maior exemplo foi a vitória de Goulart no plebiscito que decidiria a continuidade do parlamentarismo, que limitava seus poderes, ou o retorno do presidencialismo. Com cerca de 70% dos votos, o povo brasileiro

possibilitaram uma tentativa de golpe de Estado¹⁹ e a emergência de conspirações, partindo das direitas²⁰ e das esquerdas (AARÃO REIS, 2013). Posto isso, 1963 é marcado pelas tentativas de um presidente em se manter no poder e cumprir seu programa de governo, baseado nas “reformas de base”. As condições estruturais e subjetivas acima expostas impediriam tanto uma coisa quanto outra.

É tendo esse panorama em mente que Lucilia de Almeida Neves Delgado (2011) afirma a incompatibilidade de setores das esquerdas com o executivo e o Congresso do momento. Assim, a falta de representatividade nessas esferas do poder teria contribuído para o surgimento de outras instituições políticas de representação. Como forma de pressionar os três poderes por interesses de classe, operários se organizaram na Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). A União Nacional dos Estudantes (UNE), igualmente radical na luta por interesses estudantis e pelas reformas de base, também desempenhou papel de relevo na política do período. Tais organizações e outras se uniram na Frente de Mobilização Popular (FMP), liderada por Leonel Brizola, cujo objetivo era unir as camadas populares na “luta reformista e nacionalista” do momento.²¹ Conciliadas em uma “frente radical”,²² as esquerdas lutavam pelas reformas agrária e eleitoral, principalmente. Percebe-se, portanto, um engajamento exterior ao sistema político tradicional, com o surgimento de instituições representativas cujo objetivo era pressionar os poderes em um sentido desejado.

É nessa ambiência de reformulação política e de luta pelas reformas de base que se insere a criação dos “Grupos de Onze”. Brizola, que chegou a considerar João Goulart como um governante que não exercia o poder de fato,²³ em novembro de 1963 exorta à criação das referidas organizações, por meio de programa de rádio na emissora Mayrink Veiga, sediada no Rio de Janeiro. Na esteira das conclamações radiofônicas, documento assinado pelo deputado pedia que populares se organizassem em grupos de onze pessoas, “semelhantes a

entregou plenos poderes do executivo a Jango, apesar da resistência da direita radical e de campanha midiática contra o trabalhista.

¹⁹ Levada a cabo por sargentos em Brasília, que chegaram a cercar a capital federal e detiveram o centro do poder brasileiro por algumas horas.

²⁰ Principalmente as que partiam dos círculos de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, que pregava abertamente, por meio da imprensa a ele afilhada, a derrubada do presidente democraticamente eleito.

²¹ As reformas de base, especialmente a reforma agrária, claro, eram o baluarte que uniam as congregações populares.

²² Como detratores a conceituaram, principalmente na imprensa conservadora, em clara tentativa de jogar a opinião pública contra a organização.

²³ De acordo com Brizola, enquanto João Goulart não utilizasse seu poder de presidente para corresponder às expectativas populares, para se “alinhar ao povo”, combatendo, assim, o “antipovo”, os isto é, os espoliadores internacionais, ele não teria de fato o controle do país. (FERREIRA, 2008)

um time de futebol”, a fim de garantir a manutenção da ordem democrática e a imediata realização das mencionadas reformas, especialmente a agrária.²⁴ Milhares de pessoas atenderam aos apelos do deputado. Por conseguinte, antes do fim de 1963, a suspeita era de que havia “Grupos de Onze” espalhados por todo o território nacional,²⁵ prontos para suprir as demandas por luta nacionalista e reformista vindas de Leonel Brizola.

Tomando tal organização como objeto de estudo, assim, este projeto de pesquisa propõe correlacioná-la ao contexto histórico do Brasil que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964. Além disso, é objetivo desse inquérito inserir a criação dos também chamados “Comandos Nacionalistas” no projeto político de Brizola no período, identificável através de discursos proferidos em comícios e editoriais promovidos por semanário carioca.²⁶ Se julgarmos que o deputado petebista tinha um plano de hegemonia – praticado através da sua utilização da rádio Mayrink Veiga e do impresso *O Panfleto* – os “Grupos de Onze” aparecem como um aspecto dessa disputa pelo poder. Tal é uma das hipóteses heurísticas que norteiam o desenvolvimento desta pesquisa. Para verificar sua utilidade, convém analisar também as opiniões de Brizola sobre o sistema político então vigente identificável na documentação arrolada. O maior ou menor respeito pelas instituições demonstrará seu nível de inclinação à subversão, sendo, portanto, a criação dos “Grupos de Onze” uma forma de entender as atitudes políticas do deputado da Guanabara em tal conjuntura.

Observando os também chamados “Comandos Nacionalistas” nessa ótica, pode-se os identificar como uma tentativa brizolista de aumentar sua própria influência na sociedade civil,²⁷ passo importante em uma “guerra de posições” pela conquista e hegemonia do poder.²⁸ Assim, os tais grupos emergem não só como mecanismo de pressão sobre o

²⁴ Uma das fontes a serem estudadas é localizável em editoriais do semanário *O Panfleto*, no qual Leonel Brizola dispunha de uma coluna.

²⁵ Tal suspeita era disseminada, sobretudo, pela imprensa conservadora, que acusava a manobra de golpista e os “grupos de onze” de protoexército revolucionário. As citadas referências aos Grupos de Onze aparecem no *Jornal do Brasil*, 14. Mar. 1964, p.14

²⁶ Refiro-me a *O Panfleto: o jornal do homem de rua*, que me serve como fonte de estudo da política brizolista.

²⁷ O conceito de sociedade civil, tal como eu o adoto aqui, é concorde com as ideias de Antônio Gramsci. Para o pensador italiano, a sociedade civil também faz parte do Estado, na medida em que este é composto, além do aparelho de governo, de aparelhos “privados” (sindicatos, corporações, parlamentos) de hegemonia – os quais o teórico também chama “sociedade civil” (GRAMSCI, 2003).

²⁸ Adoto aqui, como referencial teórico, dois conceitos gramscianos. A guerra de posições, para o marxista italiano (2003, p. 257-258), é aquela travada pelo controle de organizações da sociedade civil, também chamadas de aparelhos privados de hegemonia, como visto acima. A vitória nessa empreitada significa atingir o consenso social, isto é, um novo pacto de sociedade, acerca da liderança a ser exercida no Estado. Quando um participante daquela contenda atinge esse objetivo, conseguiu exercer a hegemonia sobre o corpo social e o aparelho de Estado, que é analiticamente repartido em sociedade civil e política, na noção de Estado Ampliado, também defendida pelo pensador mencionado.

legislativo e o executivo na luta pelas reformas de base, mas como etapa fundamental na organização social em torno do projeto de poder de Leonel Brizola, que, na proposta desta pesquisa, envolvia a formulação de um novo pacto de sociedade.²⁹ Ora, como nos mostra Carlos Nelson Coutinho (1996), também utilizando o referencial gramsciano aqui proposto, aumentar a atuação popular na “política” através da ampliação de sua representatividade na sociedade civil significa ampliar progressivamente o âmbito de atuação do consenso, ou seja, de uma esfera pública intersubjetivamente construída, fazendo assim com que as interações sociais se afastem de seu caráter coercitivo em prol do acordo.

Posto o debatido até aqui, isto é, a perspectiva que aponta na “guerra de posições” uma estratégia política possível de conquista do Estado, a busca pela hegemonia passa também pelo combate àquele planejamento. Assim sendo, a repressão aparece como o anverso daquela luta pela poder, levada a cabo, porém, não pelos brizolistas, mas pelos aparelhos repressivos do grupo militar que à época começava sua escalada ao poder. Nesse sentido, perseguir esses trabalhistas torna-se fundamental para eliminar a possibilidade de subversão da ordem social instalada pela ditadura.

No mais, perseguir especificamente os adeptos da política brizolista, bastante radical no interior do paradigma nacional-reformista, tal qual demonstrado pela pesquisa prévia realizada até aqui, tem implicações sociais mais profundas do que as apresentadas em um primeiro momento. Não se trata, pois, na perspectiva desta pesquisa, de repressão aleatória, pelo exercício vazio do autoritarismo. O combate travado contra os nacional-reformistas tem muito a ver com o desafio a um determinado projeto de sociedade, aquele defendido pelo referido grupo, contrário aos desígnios do primeiro governo militar e do grupo das Forças Armadas que o dirige, os “castelistas”.³⁰

²⁹ Utilizo o conceito tal qual Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (2010), mas com ressalvas. As pesquisadoras colocam a sociedade em postura ativa na construção social de regimes políticos, inclusive os autoritários. Até aí minhas observações não divergem das suas. A diferença recai, portanto, no papel da hegemonia na construção desse consenso. Aqui, ele é ressaltado; em Rollemberg e Quadrat, minimizado.

³⁰ Pesquisa já aqui referenciada de Alfred Stepan (1971) se debruça, dentre outras questões, sobre as cesuras existentes no interior das forças armadas. Impondo-se esse objeto, o autor estadunidense analisa diferenças de perspectiva política no interior de grupos das Forças Armadas, notadamente dois: os castelistas e os nacionalistas-autoritários. Enquanto os segundos teriam tomado conta do governo após a ascensão de Costa e Silva, os primeiros se encastelaram no Estado logo após o golpe civil-militar, com a eleição de Castello Branco. Assim sendo, o castelismo é o que ora me interessa mais, dado os limites temporais desta pesquisa. Ainda segundo Stepan, pois, o castelismo foi constituído historicamente por influências culturais e políticas muito específicas, como a experiência na Força Expedicionária Brasileira, regimento nacional que lutou na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, e os estudos na Escola Superior de Guerra. Em ambos ambientes, pois, havia contato estreito entre os militares desse grupo, o mais destacado deles, claro, o próprio Castello Branco, e a

Contrários, pois, às diretrizes da macro política nacional-reformista, tanto no seu aspecto nacionalista quanto da sua concepção de reformas,³¹ aos castelistas interessaria o rápido dismantelamento da organicidade do grupo majoritariamente civil ao qual se opôs. Sua defesa do “aprofundamento capitalista”, na conceituação de Guillermo O’Donnell (1987, p. 13)³², colocou-os em rota de colisão com os nacional-reformistas, precisamente pela recusa desses ao capitalismo de livre mercado na sua clássica acepção. Nessa perspectiva, assim, a perseguição política ao brizolismo, epítome daquela corrente, ganha outra conotação: não se trata apenas de defender os ganhos estritamente políticos da “revolução”, isto é, o controle do Estado, mas também de dismantelar um concorrente de peso no plano do planejamento social. Não à toa o Ato Institucional N°1 e a cassação de brizolistas, aqui expostas, pretendem durar 10 anos. Tempo suficiente para a transformação estrutural política ensejada pelos militares castelistas, que objetivavam guiar o Brasil rumo a uma nova fase do desenvolvimento capitalista.

ideologia liberal tipicamente estadunidense. Seja na campanha italiana, seja no interior da escola militar de altos estudos localizada no Rio de Janeiro, os castelistas aproximam-se constantemente da visão de mundo mais arraigada por militares liberais dos Estados Unidos. Essa formação teria influências diretas no seu modo de planejar a sociedade: em vez da política nacionalista, relacionada tanto à outra facção militar referida, mas também ao governo João Goulart, pesaria sobre Castello Branco e seus asseclas a influência da internacionalização da economia, da aceitação tácita da supremacia do Grande Capital e de um regime de instituições fortes, tipicamente “democráticas”. Daí duas consequências lógicas, analisadas por Stepan: a primeira a abertura econômica identificada no Brasil após 1964 e antes de 1968; outra a busca pela institucionalização da “revolução”, ponto fulcral para que, no futuro e gradativamente, os militares voltassem à caserna e deixassem novamente o governo a cargo de determinados civis.

³¹ O plano nacionalista, acredita-se, já está satisfatoriamente explorado aqui, ao menos para os objetivos específicos desta pesquisa. Assim sendo, importa mais ressaltar as diferenças na concepção de reformas.

João Goulart e suas reformas de base pretendiam transformar a sociedade brasileira. Pela via da legalidade, intentaria-se transformações no plano da estrutura agrária, mas também do sistema tributário e fiscal. Já os castelistas, como nos mostra mais uma vez Alfred Stepan, pretendiam “reformas modernizadoras da economia, principalmente com intuito de ampliar a produtividade do setor agro-exportador” (STEPAN, 1971, p. 173). Assim sendo, embora ambos os governos tenham realizados reformas agrárias, as duas estratégias de intervenção no campo foram bastante diferenciadas. Enquanto durante a égide do trabalhismo o governo quis ampliar ganhos sociais no campo, sobretudo com a divisão fundiária e o ataque à concentração de renda, no princípio do regime militar se objetivou a modernização das relações capitalistas no campo, principalmente com a mecanização da produção.

³² O “aprofundamento capitalista”, para O’Donnell (1983) significa precisamente a modernização do sistema produtivo mencionado na nota anterior. Todavia, em O’Donnell essa modernização ganha maior identificação com o setor de produção de bens industriais, ainda que o autor aceite a mecanização agrária como uma medida de mecanização do campo e “aprofundamento” do capitalismo no setor.

Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson (org.) **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- DELGADO, Lucilia Maria Neves. O governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo v. 28**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- FERREIRA, Jorge (Org.). **Populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.) **As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)**, v 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de mobilização popular. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.
- _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FICO, Carlos. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **O Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.
- FORTES, Alexandre (Org.), *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2013. V.1
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971
- OLIVEIRA, Francisco. **Economia Brasileira: a crítica à razão dualista**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2012.
- O'DONNELL, Guillermo. **Reflexões sobre os estados burocráticos-autoritários**. São Paulo: Vértice, 1983.
- PACHECO, Diego. Os “Times do Povo”: “Grupos de Onze” e memória trabalhista em Santa Catarina. **Visão Global**, Joaçaba, v. 14, n. 2, p. 229-250, jul./dez. 2011.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. O governo Lula e a construção da memória do regime civil-militar. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). **O passado que não passa**. A sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs). **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v 1
- _____. **A Construção Social dos Regimes Autoritários**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, v 1
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Record, 2003
- STEPAN, Alfred (org.), **Authoritarian Brazil**, New Haven, Yale University Press, 1973.
- _____. **Os Militares na Política**. São Paulo: Madraz, 1971.
- STIRLING, Heloísa. **Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964**, Petrópolis, Vozes, 1986.
- TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1975
- TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.